

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico N° 44/2024-PMS

**Processo Licitatório N° 140/2024-PMS
Contratação N° 901752024**

Empresa: Inforseg Comércio e Serviços Ltda, CNPJ 08.174.249/0001-25
Endereço: Av. Ivo Silveira, 2508, Capoeiras, Florianópolis – SC

Objeto do Edital:

Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de locação de câmeras e equipamentos, com instalação, manutenção corretiva e preventiva, fornecimento de Sistema de Videomonitoramento, englobando as câmeras, software para Visualização em nuvem (sem plugins proprietários), com recursos de LPR (Leitura de Placas Veiculares), reconhecimento facial e de objetos, compatível com Windows, Linux e dispositivos móveis, além de armazenamento em nuvem.

Considerações e Motivos para Impugnação

A **Inforseg Comércio e Serviços Ltda**, por meio de seu representante legal, vem respeitosamente, no uso de suas prerrogativas legais, IMPUGNAR o Edital de Pregão Eletrônico N° 44/2024-PMS, pelas seguintes razões:

1. Especificação Técnica Inadequada à Finalidade do Projeto

2.

O edital prevê a locação de câmeras IP com recurso de LPR, com resolução mínima de 4 megapixels e leitura de placas de veículos de 5 a 80 km/h, entre outros requisitos técnicos. Embora o Município de Schroeder tenha um projeto louvável de investir em segurança pública, as especificações descritas no edital não atendem adequadamente ao objetivo proposto.

Falta de Critério de Taxa de Acerto de Leitura de Placas:

A especificação técnica não menciona uma taxa mínima de acerto na leitura de placas. Esse é um dos aspectos mais críticos para o sucesso de um sistema de videomonitoramento LPR. Considera-se que a taxa mínima de leitura correta de

placas deve ser de pelo menos 95% para veículos, incluindo carros, motocicletas e caminhões, independentemente das condições diurnas ou noturnas. A ausência desse requisito pode comprometer o desempenho do sistema.

Velocidade Máxima de Leitura Inadequada para Segurança Pública:

O edital limita a leitura de placas de veículos a velocidades de até 80 km/h. Contudo, em vias públicas onde há necessidade de captura de placas de veículos em fuga ou em situações de emergência, essa especificação é insuficiente. Veículos em alta velocidade, que geralmente ultrapassam os 80 km/h em vias urbanas, não terão suas placas capturadas. Assim, para garantir a efetividade do monitoramento, seria necessário que as câmeras capturassem placas de veículos a velocidades de até 120 km/h, no mínimo, adequando-se à realidade de vias públicas e à finalidade do projeto de segurança.

3. Incompatibilidade das Especificações com Câmeras de Segurança Pública

A especificação exige suporte a WDR de 140 dB, o que, na prática, restringe a participação de câmeras que são amplamente utilizadas em projetos de segurança pública, as quais geralmente possuem WDR máximo de 120 dB. A exigência de 140 dB exclui as principais câmeras adequadas para segurança pública, limitando o certame.

4. Especificação da Distância Focal Direcionada para Poucos Modelos

O edital especifica uma distância focal mínima de 10mm a 32mm. Esse requisito direciona a concorrência para poucos modelos de câmeras, restringindo a participação de outras opções igualmente adequadas ao monitoramento em vias públicas. Normalmente, câmeras utilizadas em segurança pública possuem uma gama de distâncias focais mais ampla, garantindo maior flexibilidade no campo de visão e permitindo uma captura mais eficiente de veículos a diversas distâncias. Ao limitar a especificação de distância focal, restringe-se indevidamente a competitividade do certame, excluindo produtos que poderiam oferecer uma melhor relação custo-benefício.

Fundamentação Legal

A Lei nº 8.666/93, em seu artigo 3º, impõe que a licitação deve garantir igualdade de condições a todos os participantes, não podendo haver critérios que restrinjam ou comprometam a competitividade do certame. Além disso, o princípio da eficiência, previsto no artigo 37 da Constituição Federal, deve ser respeitado, assegurando que os investimentos realizados pelos órgãos públicos alcancem os melhores resultados possíveis.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União também corrobora essa visão, afirmando que “a especificação de bens ou serviços deve ser clara, precisa e adequada

ao objeto da licitação, não podendo restringir indevidamente a participação de licitantes” (Acórdão 1412/2020 - TCU - Plenário).

Conclusão e Pedido

Diante dos pontos apresentados, requer-se a **república do edital** com as especificações técnicas corrigidas, de modo a atender ao objetivo de monitoramento de vias públicas com segurança e eficiência, além de evitar o desperdício de recursos públicos em produtos inadequados para o projeto.

Por fim, solicita-se que este pedido de impugnação seja acolhido, com a devida alteração das especificações do edital, visando a manutenção da integridade do certame

e o interesse público.

Termos em que pede deferimento.

Florianópolis, 13 de setembro de 2024

Juliane M Medeiros

**Socio administradora
Inforseg Comércio e Serviços Ltda
CNPJ: 08.174.249/0001-25
Contato: [Telefone] / [E-mail]**